

## **Apresentação**

### **Dossiê: diversidade étnico-racial e cultural no ensino de História**

DOI: 10.14393/CPCDHIS-v29n1-2016-2

O tema que entrelaça a história, a educação e as relações étnico-raciais não é novo e tem proporcionado intensos debates, tanto nas escolas, como na academia. O envolvimento da comunidade de historiadores mostra-se crescente na produção de pesquisas que enfocam a própria historicidade deste debate. No campo acadêmico, pode-se arriscar classificar positivamente de “consolidado” este tipo de produção, pelo espaço que já ocupa nos programas de pós-graduação em História e entre as disciplinas dos currículos dos cursos de graduação da área. Na educação básica, também é visível o compromisso com a reflexão da educação étnico-racial, por meio dos cursos de formação continuada.

Nesse sentido, dois artigos que compõem o dossiê tratam de uma experiência bem sucedida, realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina, sobre os cursos de formação de professores, com abordagem voltada para os estudos africanos, da diáspora africana e indígenas. Naquele intitulado “Avanços e desafios no ensino de história africana, afro-brasileira e indígena: dispositivos legais, livros didáticos e formação docente”, as autoras Luisa Tombini Wittmann, Carol Carvalho, Gabrielli Debortoli e Kerollainy Rosa Schütz não apenas apresentam as experiências pedagógicas dos cursos de formação continuada, como também historicizam as leis que regulam o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no Brasil.

Na mesma toada, o artigo “Ensino de Áfricas e relações raciais: o curso de formação de professores realizado pelo NEAB-UDESC (Santa Catarina, 2014)”, assinado por Karla Leandro Rascke, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Graziela dos Santos Lima e Ana Júlia Pacheco, avalia e discute o curso de formação de professores voltado para as relações étnico-raciais, a história da África e a diáspora africana. Com isso, demonstram o sucesso da empreitada e também mostram caminhos possíveis de serem trilhados em prol da formação de professores. É importante ressaltar que as experiências relatadas nos artigos contaram com o financiamento do Governo Federal, que naquele momento mostrava-se sensível à importância de não apenas aprovar uma lei que instituísse a obrigatoriedade do ensino das culturas africanas e indígenas, como

também de preparar os professores para tal empreitada, visto que muitos deles não contaram com disciplinas voltadas para essa temática em seus cursos de formação, realizados anteriormente à aprovação da referida lei.

O dossiê ainda apresenta um terceiro artigo que também contém um relato de experiência. Dessa vez, no entanto, nos deparamos com pesquisa feita a partir da convivência e de questionários aplicados a alunos e alunas do ensino fundamental de Uberlândia. Em “‘Professora, você acha que eu sou negra?’: relações étnico-raciais e as aulas de História”, Maria Andréa Angelotti Carmo e Rosyane Oliveira Abreu contam-nos sobre a dificuldade de algumas crianças de reconhecer as suas heranças africanas e como, em grande medida, a abordagem feita pelos livros didáticos e os meios de comunicação ajuda a consolidar um imaginário negativo em torno da figura do negro.

Os textos de Núbia Tortelli Mendonça, Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Andelúcia Maria Nascimento Teixeira, Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior e Viviane Pereira Ribeiro Oliveira querem tratar, cada um à sua maneira, dentro de seus campos específicos de abordagem, mas com argumentos muito semelhantes, da iminência constante da perda, da fragilidade das leis nacionais frente à necessidade de mudanças profundas de uma sociedade desigual, como a brasileira.

Em “O ataque aos direitos humanos dos povos indígenas brasileiros: 1946 – 1988”, Núbia Mendonça analisa os crimes cometidos contra os direitos dos povos indígenas brasileiros, por meio da problematização dos conteúdos das Constituições e do Estatuto do Índio de 1973, colocados em diálogo com reportagens do *Jornal do Brasil* do período investigado, assim como também o relatório mais recente da Comissão Nacional da Verdade, de 2014. Conclui a autora que grande parte dos direitos indígenas neste período não foi respeitada.

Com a mesma preocupação e com hipóteses semelhantes, Cairo Katrib e Andelúcia Maria Nascimento Teixeira, no artigo “Cultura afro-brasileira e Educação: conexões e desafios entre o ensino religioso e a Lei 10.639/03 no município de Uberlândia”, propõem pensarmos o quanto o cumprimento dessa legislação, por si só, não tem garantido, no âmbito educacional, as mudanças de uma visão eurocêntrica que teima em negar nossa formação cultural; para os autores falta, muitas vezes, ao educador, a sensibilidade e a criticidade necessárias à compreensão do sentido atribuído à palavra diversidade.

O texto “Os caminhos sinuosos para uma educação antirracista: o projeto do vereador Carlos Modesto. Ituiutaba no final do século XX”, de Florisvaldo Ribeiro

Júnior e Viviane Oliveira, traz como foco o processo de tramitação de um projeto elaborado por aquele vereador em meados da década de 1990, na cidade de Ituiutaba, e nos ajuda a compreender como o preconceito racial e a discriminação social marcam, de forma indelével e historicamente, os projetos educacionais brasileiros, numa tensa relação entre as leis, a tradição e os movimentos negros das primeiras décadas do século XX, com suas “bandeiras de luta”.

A seção “Artigos livres” é aberta por um viés que mantém certo vínculo com o dossiê. No artigo intitulado “Literatura e identidade cultural latino-americanas: o México de Juan Rulfo”, Paulo Ferraz de Camargo Oliveira recorre às fontes literárias para questionar a respeito da formação da identidade nacional mexicana. É importante refletirmos, juntamente com o autor, sobre o papel atribuído aos indígenas, por intelectuais, em diferentes momentos e não apenas no México, para a formação das identidades nacionais. No artigo em questão, o autor chega à conclusão final de que Juan Rulfo teria deixado os mexicanos “órfãos, sem apresentar uma proposta positiva de ação social e política”. O literato em questão, dialogando com o seu tempo, oferece-nos, portanto, material suficiente para refletirmos sobre os vários papéis atribuídos aos indígenas no México, além de abrir a possibilidade de questionarmos sobre quais reações sua obra teria provocado em outros intelectuais das Américas.

Leandra Paulista de Carvalho, ainda nesta mesma seção, em seu “Lapidando o poder: a participação feminina no Poder Legislativo de Uberlândia no período de 1990 a 2000”, ao pensar como se articulam as estruturas internas das instâncias do político, propõe estabelecer a relação entre os discursos e os conceitos e como estes terminam necessariamente engendrados por aqueles, em seus “jogos relacionais e de linguagem”. O conceito de gênero, foco central da autora e sua principal ferramenta de análise, permite perceber como a participação das mulheres na vida política em Uberlândia, no século XX, tornou-se fundamental para a construção da democracia, mesmo que esta não se encontre ainda plenamente consolidada, num universo em que a “política ainda é um assunto público, mas com domínio masculino”.

Nossa seção “Transcrição de documentos” conta com a colaboração de Renato Rodrigues Farofa, que nos presenteia com relatos e crônicas sobre os cortejos fúnebres em Uberlândia, publicados n’*A Tribuna* e no *Correio de Uberlândia*. Ambos os periódicos foram encontrados e pesquisados pelo autor no Arquivo Público Municipal. Sua investigação permite perceber uma interessante disputa na cidade do período: carroças e automóveis representavam, respectivamente, a tradição e a novidade. Renato

Farofa observa que, em um cenário onde as transformações espaciais da cidade e os projetos de desenvolvimento urbano tinham forte impulso, as diferentes concepções simbólicas para a condução dos féretros pelas ruas entravam em conflito.

Assim, com este variado mosaico de temas, de debates, de polêmicas tão instigantes, pensamos estar oferecendo a você, leitor, uma oportunidade singular de refletir, em companhia de nossos autores, sobre temas tão caros à contemporaneidade, como os da diversidade necessária, do racismo insistente, da pluralidade pungente e da perversa violência que os pensamentos hegemônicos podem gerar.

Mas, antes de concluirmos esta apresentação, não podemos deixar de trazer uma historicidade importante: este dossiê para o *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* começou a ser planejado em março de 2016. De lá para cá o cenário político brasileiro sofreu profundo revés.

Diante de uma crise política que está apenas em seus inícios, temos a convicção de que nada é mais urgente do que trazer ao leitor questões que se repetem, mas que se atualizam no tempo e que remarcam, incessantemente, as tensões sociais. O direito à fala, à representatividade, à liberdade de expressão, à demarcação justa de território, ao cumprimento das leis superiores parece estar sob séria ameaça, neste período de crise política e de insegurança institucional.

Os últimos meses desse ano de 2016 têm apontado para retrocessos no campo educacional, após décadas de avanços alcançados em direção à consciência da diversidade étnica, à luta contra o racismo, à valorização dos estudos feministas, às políticas públicas afirmativas, à defesa dos direitos humanos, à educação socioambiental para a conservação dos grupos tradicionais e seus saberes locais.

A recente reforma ministerial, operada pelo atual Governo Federal, que extinguiu a SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que dissolveu o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e que pretende, ainda, realizar uma reforma no ensino médio, deixam perplexas e apreensivas as comunidades acadêmica e escolar, quanto aos rumos da educação brasileira. Medida Provisória publicada em 23 de setembro, a MP 746/2016, caso seja aprovada, irá alterar o conteúdo do ensino médio no Brasil, extinguindo várias disciplinas fundamentais à formação dos estudantes brasileiros – entre as quais, sociologia, artes e filosofia.

Estaríamos retornando no tempo, atravessando uma espécie de ponte para o passado, que nos levaria ao Brasil da época obscura da repressão, da desigualdade de classe, de gênero e de negação das riquezas da pluralidade étnica?

Não fossem as ameaças concretas à liberdade de ensinar e de aprender que se inscrevem em projetos de lei do tipo “escola sem partido” – felizmente enfrentados e atacados pelos movimentos de resistência popular do “Escola Sem Mordça” – poderíamos ter a ilusão de que estamos apenas passando por um período de crise passageira.

Mas, não. Cremos não ser efêmera essa crise. Ela se apresenta, sim, como um reflexo do movimento mundial de retorno dos pensamentos e ações conservadores, que pode vir a durar por alguns anos, ou décadas. Infelizmente.

Entretanto, essas mudanças, esses projetos antidemocráticos, se, por um lado, nos trazem preocupação e nos afligem, por outro, nos dão toda a certeza da necessidade de dossiês científicos como o que aqui apresentamos, colocando luz sobre a importância premente de pensarmos a “Diversidade étnico-racial e cultural no ensino de História”.

Uberlândia, setembro/2016

Daniela Silveira

Mara Regina do Nascimento

(organizadoras do Dossiê)